



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000067-11.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **MAYARA ARRUDA PEDROSO e outro**
 Requerido: **ISRAEL DA SILVA MACIEL e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente em rodovia.

Os autores alegaram que na ocasião em apreço trafegavam com um automóvel pela Rodovia SP-215, quando foram abalroados por outro veículo de propriedade do segundo réu e então dirigido pelo primeiro.

Alegaram ainda que esse último veículo vinha em sentido contrário e invadiu sua faixa de tráfego, estando o seu condutor – o primeiro réu – embriagado.

Já os réus atribuíram a responsabilidade pelo acidente aos autores porque o automóvel em que estavam desenvolvia velocidade excessiva e deu causa ao embate.

A única testemunha inquirida durante a instrução foi o policial rodoviária Marcelo Ribeiro Mendes, que atendeu a ocorrência.

Ele confirmou que o primeiro réu estava embriagado na oportunidade e admitiu ter perdido o controle do automóvel que dirigia sem dar justificativa para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Acrescentou igualmente que tal automóvel invadiu a contra-mão de direção para atingir o veículo em que estavam os autores.

De outra parte, nenhum indício sequer foi amealhado para levar à ideia de que o automóvel dos autores imprimisse velocidade excessiva no momento da colisão, ao passo que a fotografia de fl. 58 evidencia que o local do evento não se desenvolve em curva acentuada, como proclamado na peça de resistência.

Aliás, a informação do Boletim de Ocorrência lavrado dá conta de que o traçado da pista é reto (fl. 23 – CONDIÇÕES DO LOCAL DO ACIDENTE).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à responsabilidade dos réus.

A do primeiro assenta-se em ter sido o causador do acidente porque, embriagado, invadiu a contra-mão de direção para atingir o veículo em que estavam os autores.

A do segundo está alicerçada na sua condição de proprietário desse automóvel.

Pelas mesmas razões, a "reconvenção" apresentada pelos réus – que aprecio como pedido contraposto – não vinga.

Resta definir o valor da indenização devida pelos réus.

Os danos do automóvel em que estavam os autores foram na exordial avaliados "*por alto*" em R\$ 10.000,00 (fl. 12, segundo parágrafo) e somou-se a eles o valor de R\$ 900,00 desembolsado pelo serviço de guincho e permanência do veículo em pátio.

Como nenhum dado concreto foi amealhado pelos autores a esse propósito, foram instados a fazê-lo no curso do processo (fl. 80), ao que sobrevieram os orçamentos de fls. 85/90 e se retificou o montante pleiteado pela permanência do automóvel em pátio (fl. 83).

Já as fotografias de fls. 27/29 atestam as precárias condições em que ficou o automóvel ocupado pelos autores após a batida.

A partir desses elementos, prospera o pleito inicial em relação à reparação dos danos do veículo.

Os orçamentos apresentados denotam importância inclusive maior do que a postulada pelos autores, mas a decisão da causa está cingida a essa, compatível minimamente com a extensão do resultado havido.

Relativamente às despesas de guincho e permanência em pátio, os réus de um lado não comprovaram que isso derivou da irregularidade da documentação do veículo, ao passo que de outro as considerações expendidas a fl. 83 merecem acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar os réus a pagarem aos autores as quantias de R\$ 10.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2013 (época do evento), e de juros de mora, contados da citação, e de R\$ 432,00, a partir de julho de 2013 (época do evento), e de juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**